

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
MERENDA**

**PRESIDENTE
MARCOS ZERBINI - PSDB**

21.09.2016

CPI - MERENDA**21.09.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar, em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve, ou não, prejuízo ao erário, com a finalidade de: 1) deliberar sobre os requerimentos constantes da pauta; 2) proceder às seguintes oitivas: Sr. José Merivaldo dos Santos.

Peço ao senhor secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Quero registrar as presenças dos nobres deputados Adilson Rossi, Gilmaci Santos, Delegado Olim, Barros Munhoz e Alencar Santana, membros da Comissão, além da nobre deputada Marcia Lia.

Já está no plenário o depoente de hoje. Então, gostaria de solicitar que o depoente, junto com seu advogado, tome assento ao lado da Presidência. Peço ao advogado que acompanha o Sr. Merivaldo que se apresente, por favor.

O SR. MAURÍCIO JALIL - Bom dia, presidente, bom dia, nobres deputados, bom dia a todos os presentes, meu nome é Maurício Jalil.

O deputado Marcos Zerbini havia comentado comigo sobre a possibilidade de fornecermos uma documentação médica para aclarar a situação de saúde que acomete o Sr. José Merivaldo. Neste momento, apresento uma petição pleiteando a juntada desses documentos médicos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Fica de antemão deferida a juntada. Gostaria apenas que o senhor se apresentasse para todos.

O SR. MAURÍCIO JALIL - Meu nome é Maurício Jalil, advogado constituído do Sr. José Merivaldo dos Santos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, é Jalil ou Jamil?

O SR. MAURÍCIO JALIL - Lil, com “l”.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para ciência do depoente, aqui temos procedido da seguinte forma, Sr. Merivaldo: em um primeiro momento, abrimos para que o depoente faça uma exposição, um resumo, porque o senhor deve ter ouvido pela imprensa todas as informações, alegações, enfim, os fatos. Então, gostaria que fizesse um esclarecimento geral dos fatos para que, depois, se abra a pergunta aos senhores deputados que queiram fazer a oitiva.

Queria, apenas, lembrar que o senhor está aqui como testemunha e, como testemunha, tem o dever de dizer a verdade, sob as penas da lei, tanto do ponto de vista civil como criminal. Então, fica obrigado a dizer a verdade.

O advogado tem todo o direito de acompanhar, mas requeremos que não faça interferência no depoimento do depoente, para que não comprometa aquilo que lhe é perguntado e para que ele possa responder da forma mais livre possível.

Passo a palavra ao Sr. Merivaldo, para que ele faça os esclarecimentos que entende e para dizer um pouquinho qual é sua função na Casa. Como o senhor foi citado, em teoria, por estar envolvido com o presidente da Casa, o deputado Fernando Capez, pode dizer qual a sua relação com ele, se trabalha ou trabalhou com ele, enfim, se o senhor pudesse fazer uma exposição geral seria importante para a compreensão dos membros desta CPI.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Bom dia, deputado Marcos Zerbini, presidente da Comissão. Bom dia, senhores deputados e deputadas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu gostaria de solicitar, se der, para aumentar um pouco o volume do microfone do depoente.

Já registro a presença dos nobres deputados Estevam Galvão, Jorge Caruso e José Zico Prado.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Queria iniciar dizendo sobre a minha saúde. Esses documentos que foram juntados são todos de médicos, de exames que eu fiz, e eu queria falar um pouco sobre todos esses documentos que estão aí.

Minha doença foi diagnosticada em novembro de 2015, foram constatados tumores na bexiga. Em dezembro de 2015, foi requerida minha internação para cirurgia e, em janeiro, foram feitos exames pré-operatórios que constataram seis tumores na bexiga, dois tumores grandes e quatro pequenos.

Em janeiro, fiz esses exames e dia 22 de fevereiro foi realizada a primeira cirurgia para tirar dois tumores maiores. Foram retirados e, em março de 2016, foi realizada a segunda cirurgia, para retirar quatro tumores pequenos. Não eram grandes, só que nessa segunda cirurgia, que eu fiz de manhã, fui recolhido ao quarto na hora do almoço, mas, quando cheguei no quarto, comecei a sangrar. Fizeram a limpeza, chamaram novamente, comecei a sangrar novamente, aí chamaram os médicos e me levaram novamente ao centro cirúrgico.

No centro cirúrgico, fiz uma nova cirurgia e fui direto para a UTI. Fiquei de segunda a quinta-feira à noite sedado, entubado, todos os documentos estão aí. Acordei quinta à noite, quando acordei não conseguia falar, os médicos vieram e me disseram que na segunda cirurgia alguns nódulos desceram e entupiram minha bexiga, que chegou a furar, então me deixaram daquela maneira porque iam retirar a minha bexiga caso não fechassem o buraco que tinha lá.

Graças a Deus, nesses cinco dias fui medicado, minha bexiga se recuperou um pouco, fiquei internado mais uns 15 dias e, graças a Deus, não necessitou tirar minha bexiga. Depois dessa terceira cirurgia, eu fiquei em casa por um mês, em repouso absoluto, sem me movimentar. Aí, dia 26 de março, recebi alta médica e fui encaminhado para o oncologista, Dr. José Colombo.

Na primeira consulta que eu fiz com ele, ele disse que teríamos que fazer uma nova cirurgia, aí fiz a quarta cirurgia e fui encaminhado para a quimioterapia. Fiquei nove semanas. Essa quimioterapia foi iniciada em sete de junho. Fiquei nove semanas fazendo quimioterapia, todas as semanas.

O fato é que não vim aqui, naquela quarta-feira, porque faço quimioterapia às terças-feiras e não estava bem. Por isso, não vim, não tinha condições. Ontem não fiz quimioterapia e, por isso, hoje pude vir.

Em decorrência da quimioterapia, comecei a ter alguns problemas de estômago. Estou inchado, não estou gordo. Comecei a ter alguns problemas e fui encaminhado, nesse ínterim, para o gastroenterologista. Estive no gastro e, nesta quinta-feira, quando disseram que eu estava na charutaria, eu estava vindo do médico - moro perto do Center Norte - e tive uma má notícia. O gastro pediu para eu fazer quatro exames: um raio X de tórax, uma colonoscopia, uma ultrassonografia da parede abdominal e uma endoscopia digestiva alta. Esses foram os exames que fiz.

Nesse dia, passei pelo médico, ele me deu o diagnóstico e foram constatados os seguintes problemas: estou com uma infecção pela bactéria *H. pylori* no intestino e estou com uma suspeita de tuberculose. Então, foi requerido, estão aí os documentos... Tenho que fazer uma tomografia e tenho que fazer três exames de escarro, que ainda não fiz.

Ontem, estive no hospital novamente, para fazer o acompanhamento. Pediram uma ultrassonografia viral das vias urinárias para controle de câncer da bexiga. Então, agora, passo para uma segunda fase. Encerrou a quimioterapia nesta fase, vou fazer esses exames, vou tratar essa bactéria, que é uma bactéria forte, vou tratar essa suspeita de tuberculose, que é no pulmão direito - tenho o raio X -, para continuar meu tratamento. Então, essa é a minha questão de saúde.

Naquele dia, na quinta-feira, quando estava voltando do médico, um amigo meu, Sérgio Paschoal, ligou-me e perguntou: “Como você está?”. Eu falei: “Estou voltando do médico, não estou bem”. Ele falou: “Passa aqui na tabacaria e vamos bater um papo”. Nessa tabacaria, deputado Alencar, tem uns amigos meus que são seus amigos, de Guarulhos: o José Edílson, que é engenheiro florestal, trabalha no Meio Ambiente; o Sérgio Paschoal, que é consultor da área ambiental; o Andreas, que também é de Guarulhos, empresário; e o Ricardo, que não conheço direito, que é de um cartório de Guarulhos. Era com essas pessoas que eu estava lá.

Não cheguei a ver a foto, mas eu não bebi. Eu não posso fumar, pois o meu câncer é de cigarro, é uma das consequências do cigarro, é o câncer de bexiga. Então, eu não fumo mesmo. Naquele dia, eu não iria fumar e não iria beber, pois não tenho nem condições. Fiquei 50 minutos, conversei com o pessoal e fui embora para a minha casa. Se precisar, essas pessoas virão depor, dizendo que não fiz nada. Apenas conversei, tomei uma água. Se repararmos na foto, tem a água e uma garrafa de água. Estou meio cansado. Então, não bebi. Não é que eu não beba, eu não bebi mesmo, pois não posso

beber. Então, eu queria trazer essa justificativa. Toda a documentação está lá, se vocês quiserem ver.

Em relação à minha questão funcional, sou funcionário público. Tenho 36 anos de serviço público, sou da Prefeitura de São Paulo. Estou na Assembleia Legislativa desde a década de 90, fui trazido pelo deputado Ricardo Tripoli. Queria dizer um pouco sobre minha atividade aqui na Assembleia.

Na Mesa formada por Tripoli, Professor Luizinho e deputado Conte Lopes, eu participei ativamente. Foi uma Mesa que realizou um dos maiores trabalhos aqui na Casa. Fizemos a 776, a reforma administrativa, acervo histórico, TV, votação eletrônica, informática, sistema de qualidade.

Eu participei, fui coordenador da votação eletrônica. Na época, demorava quase 90 minutos quando tinha que repetir... Diminuímos para três minutos, na votação eletrônica.

Coordenei o sistema de qualidade na implantação da ISO 9000 - foi o primeiro Legislativo do Brasil a conseguir isso - e criei o Departamento de Informática. A 1ª Secretária trabalhou muito na 776, na questão da TV, na criação do Departamento de Recursos Humanos, que não existia na Casa. Desses trabalhos, eu participei. Faço parte do livro do Ricardo Tripoli, que está aqui; um capítulo sobre a minha atividade na Casa.

Então, sou funcionário público mesmo. Trabalhei no Meio Ambiente, fiz o Projeto Pomar no rio Pinheiros. Sou um funcionário disponível para trabalhar no serviço público.

Na época desses fatos que ocorreram, eu não era funcionário. Nunca tive cargo de assessor do deputado Capez, no gabinete dele. Estive lotado, em uma época, pois precisei de uma lotação, mas sempre fui lotado no Cerimonial. O deputado Barros Munhoz, na época... O Tripoli veio pedir para ele, pois houve uma mudança no ILP e eu estava no ILP, junto com o Jeter. Fui para o Cerimonial e foi nessa época que ele foi para o deputado Fernando Capez. Então, isso é matéria de esclarecimento, para dizer que eu não...

Sobre os fatos, eu estava na liderança do PSDB, se não me engano... Eu fui para o Cerimonial e depois para a liderança do PSDB. Então, eu não estava no gabinete do Capez, nesses quatro anos.

O Jeter me devia, porque quando trabalhávamos... Ficamos três anos no ILP, juntos. Ele sempre teve problemas. Eu não conheço, mas ele me disse que havia adotado uma criança com defeito físico, de quem ele cuidava, levava sempre ao médico, tinha

gastos de dinheiro. Ele teve um problema na casa dele, parece que caiu e ele teve que refazer a casa. Enfim, comecei a emprestar algum dinheiro para ele. Emprestei um pouquinho.

Em 2014 - deve ter sido em 2014 -, ele falou: “Merivaldo, estou fazendo uma consultoria e vou poder pagar o que te devo”. Eu falei: “Tudo bem”. “Você me ajuda?” Eu falei: “Em que sentido?”. “Se eu precisar de você...” Eu falei: “Jeter, eu não posso te ajudar. Se você me pedir uma opinião, eu dou, mas não vou... Eu não sei o que querem fazer”. Ele me disse que havia assinado um contrato com essa consultoria e que, com esse dinheiro, ele poderia me pagar. Ele disse: “Vou te pagar”.

Ele me deu um cheque de 50 mil reais, que eu deposei na minha conta para pegar o que ele me devia e devolver o resto do dinheiro para ele. Foi isso o que houve. Deposei o cheque, voltou. Estou só resumindo, mas eu briguei com ele, falei, fui atrás dele, cobrei. Ele falava que iria pagar. Ele me deu o telefone do Marcel, para que eu ligasse e até ajudasse a cobrar, para pegar a minha parte. Liguei e cheguei até a encontrar com ele, aqui na Casa, com esse Marcel, cobrando. Fiz aquilo que achava que tinha que fazer. Esse cara me deve, eu tenho que cobrar. Se eu não cobrar...

Foram exatamente essas, as circunstâncias. Esse contrato, eu nunca vi. Não ajudei, não fiz nenhum tipo de... Não fui à Secretaria, não fui a nenhum lugar para ele. Mesmo porque, se eu tivesse que fazer, eu faria. Por que fazer com ele? Não tinha razão para ficar tendo que ajudá-lo. Não vejo motivos. Se eu tivesse que fazer, eu faria sozinho. Basicamente, é isso.

Em relação à ameaça: eu não vi os depoimentos dele, mas, em um momento, ele diz que sou parceiro dele, em outro, diz que eu o ameacei, para receber.

Ele teve um problema, ele teria falsificado uma assinatura do deputado Capez para transferir para um delegado. Isso foi feito e eu me senti na responsabilidade... Inclusive, eu queria aproveitar o momento para pedir desculpas ao Capez, publicamente, pois quem levou o Jeter para lá fui eu. Quando fui para o Cerimonial, ele não tinha para onde ir. Eu fui ao chefe de gabinete e pedi: “Coloca ele ali, ele é da Casa, conhece bem, é só lotação”. Então, fui eu que pedi. Eu fui lá e pedi para ele ficar lá. Depois, as nossas relações... Ele ficou no gabinete e eu fiquei no Cerimonial, eu não tinha relação com ele. Apenas a questão do pagamento que ele me devia, isso eu cobrei realmente, bastantes vezes.

Ele fala que eu o ameacei. Não é que ameacei, eu cobrei. Vou falar a verdade: fui chato mesmo com ele, cobrei diversas vezes, liguei, liguei para o Marcel. O dinheiro é

meu. Veio um cheque sem fundo. Então, uma hora ele fala que sou parceiro dele, outra hora fala que eu o ameacei. Não é possível entender o que ele está querendo. Acho que ele está querendo me colocar junto com ele e eu não assinei nenhum documento. Não tem documento. Se ele me acusa, acho que ele tem que provar que eu assinei, que eu fiz.

Eu cometi um erro. Primeiro, o de levá-lo para o gabinete do Capez. Segundo, o de pegar o cheque. Eu confiei. Eu não iria pegar um cheque, colocar na minha conta... Infelizmente, temos que pagar pelos erros. Estou tranquilo quanto a esta questão. Sou honesto, tenho minha família, fui muito prejudicado pelo fato de alegarem que eu não estava doente, que eu estava mentindo. Ligaram na minha casa, redes sociais... Fui difamado. É duro. Disseram que não estou doente, que não tenho nada, que estou enganando.

Foram à minha casa dizendo que eu estava mentindo. Quero agradecer também o Serviço Médico da Casa, que sempre me atendeu muito bem. Negaram até uma licença para mim nas primeiras vezes porque eu não trouxe documento. Eu tenho a impressão de que o Serviço Médico também estava compactuando com a ideia de que eu estaria escondido, com medo de vir aqui. Eu não tenho medo. Eu não tenho medo porque não fiz nada errado. E tenho que esclarecer o que eu fiz. Se eu cometi um erro eu vou pagar; não tem problema nenhum. Eu só não quero ser acusado de corrupto, de ladrão, de mau-caráter porque eu não sou. Era isso aí mais ou menos que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos abrir as inscrições para os Srs. Deputados que quiserem fazer as perguntas ao depoente, lembrando a mesma regra que nós sempre estabelecemos de que os deputados têm até às 10 horas e 29 minutos para fazerem a sua inscrição.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Só um detalhe. Ele fala que eu pedi para ele me pagar. Que ele me deu o cheque porque eu ameacei de fazer um inquérito contra ele. Só que esse cheque é de março e ele saiu do gabinete do Fernando Capez em dezembro ou janeiro. Como é que ele vai me dar um cheque depois que ele saiu? Não tem coerência, não é mesmo? É fato de que ele fala uma coisa, mas cada dia ele fala uma versão. Eu não sei aonde que ele quer chegar. Sinceramente, eu não sei mesmo. Eu só queria dizer que esses são os fatos, e que eu estou à disposição.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, V. Exa. está contando uma hora desde a hora em que o Merivaldo começou a falar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não. Eu estou contando uma hora a partir de agora.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Porque no meu relógio são 9 horas e 38 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está certo. Então, fica das 9 horas e 38 minutos até às 10 horas e 38 minutos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado pela correção deputado. Algum deputado inscrito? Com a palavra a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Bom dia a todos os deputados na Mesa diretiva. Primeiramente, quero dizer que eu sinto muito o senhor estar nessa situação física, mas nós estamos aqui para conversarmos com o senhor, com muito respeito, e gostaríamos de fazer alguns questionamentos porque entendemos que o que nos traz a esta CPI é algo bastante grave do ponto de vista de que nós temos milhões de reais que foram desviados da merenda escolar, através da compra da Coaf, dessa cooperativa que está sob a investigação da Polícia Federal.

Algo me causa muita estranheza e confesso ao senhor que não consigo entender, e gostaria que o senhor explicasse um pouquinho mais isso: o senhor disse que tinha pouca relação com o Sr. Jeter.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Eu tinha bastante relação porque eu trabalhei três anos com ele no ILP; bastante mesmo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E aí o senhor emprestou 50 mil reais para ele.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não. Eu emprestei para ele mais ou menos 18 mil reais. Ele me disse que estava com problema no banco. Se ele colocasse no banco ia ter problema. Ele pediu que eu depositasse e devolvesse o restante para ele.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor tem como comprovar esse depósito de 18 mil reais para ele?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - O cheque voltou sem fundo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não, do empréstimo que o senhor fez para ele.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não, é dia a dia senhora. Nós trabalhamos juntos; uma mesa em frente à outra. Não foi um empréstimo que eu fiz para ele, são vários.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual o salário do senhor na Assembleia?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Senhora?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual que é o salário do senhor?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Hoje, eu tenho cargo em comissão de assessor técnico.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quanto o senhor ganha?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu ganho 16 mil reais.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Dezesseis mil reais. Bruto?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Bruto.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quanto dá, livre?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Dá treze e alguma coisa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E aí o senhor emprestou 18 mil reais.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, mas não foi de uma vez, senhora. Foram três anos de convivência.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ao invés de o senhor fazer uma poupança no banco, o senhor fazia poupança com o Jeter? (Manifestação dos presentes.) Não, eu quero esclarecimento. Como é que uma pessoa que ganha 13 mil reais consegue emprestar 18 mil reais para o colega de trabalho? Eu não consigo. Eu queria que o senhor me explicasse como é que o senhor consegue, por favor.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Cada um tem uma opinião. Olha, ele tinha... Isso ele me disse, e tem várias pessoas que podem falar. Segundo ele - eu não conheço -, ele adotou uma criança com deficiência física. Então, ele sempre tinha médico. Houve uma época de chuvas, sei lá, caiu a casa dele. Ele teve que reconstruir a casa. Ele vivia endividado no banco. Ele falava mesmo que vivia sempre endividado, endividado, endividado. Isso foi coisa de três anos, não foi numa vez.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E ele nunca pagou o senhor e o senhor vai emprestando.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, ele pagava, “despagava”. Entendeu? Era uma relação que nós tínhamos mesmo. Não é uma questão de que eu emprestei para ele.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Olha, o senhor me perdoe, mas é difícil acreditar nessa história; muito difícil.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mas é a verdade, mas é a verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me concede um aparte? Deputada Marcia Lia, me estranha V. Exa. falar que isso é difícil. Isso aí é a coisa mais comum que existe no Brasil. Está todo mundo endividado. Um tenta salvar o outro. Isso aí é absolutamente possível. Eu não estou nem entrando no mérito, eu não vou começar a perguntar, mas sinceramente, 18 mil reais em três anos, para quem tem um salário líquido de 13 mil por mês... Sinceramente acho que não é por aí. Eu só estou querendo dizer que não é por aí.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado, V. Exa. me perdoe. Mas eu acho que às vezes nós emprestamos mesmo. Às vezes uma pessoa numa situação de desespero pede um empréstimo para nós. Mas, nós vamos amortizando, a pessoa paga, não é mesmo? A pessoa não chega a esse ponto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputada, V. Exa. me concede aparte? Deputado Barros Munhoz, até porque o depoente fala que quando o cheque foi depositado e caiu sem fundo, ele falou: “Oh, eu tinha que receber o meu dinheiro. Então, eu fui cobrar”. E eram os mesmos 18, no caso 20. Então, ele acumula uma dívida, um crédito de 18 mil ao longo do tempo, parece que não se esforça para cobrar, e depois cobra...

A SRA. MARCIA LIA - PT - E de repente... É que na verdade eu não encaro como sendo um desvio, eu encaro como sendo uma grande farsa, uma grande mentira que está sendo contada para desviar o foco principal. Na verdade, criou-se uma retórica para tentar fazer de conta que nós somos todos bobos, que nós estamos aqui porque não acreditamos na Justiça, porque nós não acreditamos que esta Casa tenha, de fato, competência para fiscalizar o que tem que ser fiscalizado, que é a merenda. Parece que nós vamos engolir essa história. Infelizmente, eu gostaria de dizer que nós não engolimos.

Outra coisa: o senhor relata que o senhor encontrou com o Marcel. Onde foi que o senhor se encontrou com o Marcel?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Aqui na Casa, aqui na Casa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aqui na Casa?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Aqui na Casa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Certo. Onde?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Na lanchonete. Encontrei uma vez aqui, na lanchonete.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E qual foi o assunto que o senhor tratou com ele?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Cobrando. O Jeter pediu para eu cobrá-lo, porque eu tinha o meu dinheiro e ele tinha o dele, lógico. E ele me deu o telefone, e eu liguei para ele e o cobrei diversas vezes; não foi uma vez só, não. E uma vez eu o encontrei e cobrei aqui. Foi só isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor conhecia o Marcel de onde?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não conhecia. Fui conhecê-lo aqui.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas o senhor encontrou com ele na lanchonete sem conhecê-lo?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não foi com ele que eu encontrei. Eu estava com o Jeter. Ele falou: “É o Marcel.” E foi lá cobrar ele.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Certo. O senhor trabalhou desde 1990 na Casa?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Sim.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual era a sua relação profissional com o Licá?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Nenhuma.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Nenhuma.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Nenhuma.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Com o Jeter era próxima?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Claro, porque eu trabalhei três anos com ele no ILP.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Está certo. E desde o primeiro dia de trabalho vocês começaram a emprestar dinheiro um para o outro. É isso?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não senhora. Eu estou aqui desde 90.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sim, mas com o Jeter o senhor falou que trabalhou três anos.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não. Eu sou da Casa. Todo mundo conhece todo mundo na Casa de jogar bola, tem relações de... A Casa é um lugar onde nós temos convivência. Talvez a senhora não saiba, mas nós temos convivência. Eu tenho amigos no PT, tenho amigos no PSDB. Enfim, tenho relação de amizade aqui.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sabe por quê? Sr. Merivaldo, deixe-me explicar uma coisa para o senhor: o Sr. Jeter também tentou nos enganar na última oitiva.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mas eu não estou tentando enganar a senhora, não.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Bom, aí quem faz o juízo de valor sou eu. Ele tentou nos enganar, na última reunião que teve aqui, dizendo que ele entregou o cheque para o senhor e nunca mais se preocupou com o cheque. Cinquenta mil reais. Ele tinha duzentos para receber, por um contrato que ele nunca prestou serviço, duzentos mil

reais. Eu estou procurando até hoje quem queira fazer um contrato de consultoria comigo por duzentos mil reais, mas não sei por que eu não estou achando.

Aí ele recebe um cheque sem fundo de 50 mil reais, dá para o senhor e não vai atrás do restante. Ele devia 18 para o senhor, tem 32 para receber, ele não vai atrás, o cheque voa aí pelo espaço e ninguém está preocupado com isso. Ele pagou o senhor? Ele ainda está devendo 18 mil? O senhor entrou com um processo na Justiça contra ele?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não tenho documento. Como é que eu vou entrar?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Desculpe, mas não dá para acreditar nessa história. O senhor me perdoe, mas não dá para eu acreditar nessa história.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para encerrar deputada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu estou satisfeita. Não tenho mais condições de perguntar nada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Há mais algum inscrito?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se não tem mais ninguém para perguntar, eu vou.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Com a palavra o deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, todos que estão aqui acompanhando - servidores, imprensa, estudantes. Cumprimento o depoente e seu advogado. Quero dizer também que ficamos tristes com a sua situação de saúde, mas temos que fazer o nosso papel, até porque há muitas dúvidas no ar. O que o senhor acha daquele contrato assinado pelo Sr. Jeter?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não li. Eu só vi, mas não li. Sinceramente. Eu vi, mas não li.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Viu, mas não leu?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Só vi. Não li.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor ficou com uma cópia?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - O Sr. Jeter afirma que o senhor ficou com uma cópia.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Então, mande ele mostrar onde está a cópia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É mais uma contradição entre os dois. É isso?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não é contradição. Ele falou...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor está dizendo que não, mas ele está dizendo que sim. Então, está havendo uma contradição.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Então, é contradição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas ele informou ao senhor que seria para trabalhar envolvendo uma licitação?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não. Ele não falou o que era. Ele falou que queria fazer um contrato de consultoria. Não sei que tipo de consultoria que era.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele não disse que era um contrato para licitação?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Alencar Santana Braga, V. Exa. me concede aparte? Sr. Merivaldo, é incongruente essa sua afirmativa. Quem empresta 18 mil reais em três anos sem documento para um amigo, para um colega, tem um relacionamento diferente do que o senhor está relatando agora. O senhor não viu o contrato, o senhor não sabe o que era?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Sabe porque eu não sabia sobre o contrato, deputado Barros Munhoz? Porque quando nós saímos do ILP... Esse contrato, acho que foi firmado em 2014, não foi? Não tenho certeza. Eu fui para o Cerimonial porque fiquei chateado com ele, eu discuti com ele, quando ele me devia, quando eu fui embora. Eu não tive mais relação com ele.

Quando ele me procurou, eu já estava na liderança do PSDB. Ele me procurou para dizer que ia me pagar: “Agora, tenho condições de lhe pagar porque eu fiz uma consultoria.” Foi assim a conversa. Falei: “Legal.” Ele falou: “Vou receber um dinheiro e vou lhe pagar.”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não sabia que se tratava de processo licitatório?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, não sabia. Sei que era uma consultoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No seu depoimento na Corregedoria o senhor disse o quê?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Que ele me disse que era um contrato de consultoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não. Aqui está escrito - e não é na polícia que supostamente teria havido ameaça -, na Corregedoria Geral da Administração. Este aqui é o depoimento do Sr. José Merivaldo dos Santos, que, salvo

engano, é o senhor: “Que se recorda que Jeter disse que essa assessoria era para tratar a respeito de um processo licitatório.” Essa informação é verdadeira?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Se está escrito o que o senhor disse, é.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há pouco o senhor disse que não sabia. Essa afirmação é verdadeira?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deixe-me tentar explicar. Quando ele veio falar comigo... Juro por Deus, eu não li esse contrato, não conheço esse contrato, não li mesmo. Ele me disse que tinha feito uma consultoria. Eu não dei muita atenção porque ele sempre vinha com conversa e não me pagava. Depois que ele me deu o cheque... Ele falou: “Estou dando consultoria para licitação. Se eu precisar de você, você me ajuda?” Falei: “Não.” Porque eu não sabia o que era. Eu não sabia mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porque o senhor disse aqui que era processo licitatório?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Ele me disse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acabou de falar agora que não!

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Quando ele me deu o cheque ele falou que tinha feito uma consultoria. O senhor, então, me desculpe.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor está caindo em contradição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse há pouco, faz um, dois minutos, que não sabia para que era. O senhor disse na Corregedoria que era para um processo licitatório, portanto, o senhor tinha conhecimento para o que era.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Pode ser, desculpe.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não é que pode ser. Não sou eu que estou dizendo, Sr. Merivaldo, por favor, está aqui, se quiser eu lhe mostro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, eu não quero ser parcial em relação a ninguém, mas o que entendi é que ele está dizendo que no momento em que recebeu o cheque é que ficou sabendo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu entendi que ele disse que não sabia. Eu perguntei se era sobre licitação...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ele disse claramente que não sabia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PT - É verdade, mas são dois momentos diferentes, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, não, me desculpe. É sobre o contrato.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, eu tenho uma forma de compreender diferente da sua, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com certeza nós temos porque somos seres humanos diferentes como qualquer pessoa aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Claro. É que V. Exa. está fazendo uma afirmação que não entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu não estou fazendo uma afirmação, eu estou perguntando. Se quiser eu leio novamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem. Continue, por favor, com a sua oitiva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse também na Corregedoria que encontrou por diversas vezes com o Sr. Marcel. É isso?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Aqui na Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quantas vezes? O senhor disse uma há pouco, e agora está me dizendo...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deputado, sinceramente eu não lembro. Não é desculpa. Eu estou aqui porque tinha de vir. Eu não estou bem. Eu estou afirmando ao senhor o seguinte: que eu cobre é verdade, que eu fui atrás, eu fui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que o senhor disse que foi só uma vez com o Marcel e aqui o senhor diz que foram várias.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Para o Marcel eu liguei várias vezes, não foi uma vez só. Que eu encontrei com ele aqui foi uma vez. Que eu liguei foram várias vezes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse no depoimento que viu o Marcel aqui na Casa diversas vezes.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Conversar uma vez. Agora liguei muitas vezes para ele. Isso é verdade. Isso não é mentira, é verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essa parceria seria feita com a empresa do filho do senhor?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. É mentira do Jeter, isso é mentira. O meu filho é funcionário público. Quando ele se formou - meu filho é advogado -, eu montei um empreendedor individual para ele. O Jeter sabia disso, mas eu nunca coloquei o nome de ninguém. Pode levantar que não tem nada, absolutamente nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele afirma que a parceria seria com a empresa do filho do senhor.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - É mentira. Deputado, é mentira. O Jeter é mentiroso. Uma hora ele fala que o cheque foi coação, outra hora fala que era parceria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi coação ou parceria?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Nenhuma das duas. É dívida. Ele me deu cheque porque me devia. Ele quis me pagar. Como ele não queria colocar no banco, porque devia ter problemas no banco, ele sempre tinha problemas no banco...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual foi a orientação que o senhor deu para ele sobre o contrato?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não dei orientação nenhuma, deputado. Eu não sabia desse contrato. Eu fui ver depois. Eu nem li o contrato, sinceramente. Juro que não li.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. Jeter afirmou, quando esteve aqui, que todo mundo no gabinete do deputado Capez assinava com uma rubrica, que era praxe, entendimento comum no gabinete. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, porque eu não estava lá. Eu fiquei sabendo dessa história quando aconteceu. Eu estava na liderança do PSDB quando houve esse boato de que ele tinha falsificado a assinatura do deputado. Eu fui falar com ele porque, como eu o tinha levado para o gabinete, pensei: “Vai ficar ruim para mim também.” Fui falar com ele. Ele falou: “Merivaldo, isso é mentira, é conversa, eu não assinei nada.” Foi o que ele me falou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E aí ele sai do gabinete do deputado Capez por quê?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não sei. Ele saiu em dezembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E essa história da assinatura foi quando?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Foi antes. Foi no meio do ano, se não me engano. Fui falar com ele: “Jeter, é ruim você...”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele saiu em dezembro de que ano?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Acho que em 2014.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso teria ocorrido durante a campanha, na campanha eleitoral de 2014.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Pode ser.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual foi sua participação na campanha do deputado Capez?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu posso falar um pouco sobre campanha. Eu trabalhei 30 anos com o deputado Ricardo Tripoli. Sou da zona norte, por isso conheço o senhor. Tucuruvi, Santana, é possível que meus amigos sejam seus amigos naquela região. Trabalhei em 15 campanhas para o Tripoli. Quando o deputado Capez saiu candidato, foi feito uma dobradinha: o Tripoli sairia a federal, ele a estadual. O Tripoli ganhou, foi para Brasília, e ele ficou aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor sabe do carro da Coaf que foi emprestado para a campanha via Jeter?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não sei. Cuidei da minha parte na campanha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Jeter usou esse carro?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não sei, não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Jeter é da Vila Maria, também zona norte.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não comigo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vocês não atuavam juntos na campanha?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Eu sempre trabalhei com o Tripoli, como disse. O Tripoli era ambiental, não tem nada a ver com o jurídico. Nós estávamos trabalhando a questão ambiental na zona norte. O Tripoli foi secretário do Meio Ambiente. Ali nós temos o Horto, a Fundação Florestal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhece o Sr. Alexandre Zakir?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Conheço, daqui da Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a relação entre vocês?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Profissional.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E essa acusação do Jeter de que houve uma conversa entre vocês três para combinar versões?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Se tivesse havido essa conversa, ele não declararia que eu peguei dinheiro. Veja que declaração contraditória a dele. Mais uma mentira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. Jeter é mentiroso.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não fui eu que disse. Parece-me - eu não assisti - que quando ele veio aqui quiseram até prendê-lo porque ele dava uma versão de um fato...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse que era o Zakir, depois disse que foi o senhor.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Então, cada dia ele fala uma pessoa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E não foi ninguém?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não participei disso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Tem cheque voador, carro voador, ninguém conhece, ninguém viu, ninguém sabe, muito estranho isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O cheque não estava nominal.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E por que o senhor não sacou esse cheque?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Como sacar?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O cheque não era nominal, o Jeter não sacou. Dá para o senhor. Foi o senhor que escreveu o nome do senhor?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Fui eu que escrevi. Depositei na minha conta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor tinha uma amizade muito próxima com o Sr. Jeter.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Trabalhamos três anos juntos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É normal ter amizade com as pessoas com quem trabalhamos.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Ficava na mesa ao lado. Se não for amigo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Normal, não há crime em ser amigo de alguém.

O senhor tinha uma amizade, eram próximos. Disse que lhe devia. Em três anos, foi uma amizade que só fez dívidas, mas tudo bem. O senhor disse que trabalharam três anos e nestes três anos acumulou uma dívida de 18 mil reais.

Acho normal um servidor ou alguém emprestar e, de pouquinho em pouquinho, vai... Tem gente boa de lábia, que tem sempre um jeitinho de tirar o troquinho do outro. O que me estranha é que ele cobra com vigor depois o cheque, mas não cobra essa dívida.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Eu sempre cobre. É que ele não pagava. Quando tive o cheque, tive motivo para cobrar: “Você me dá um cheque sem fundo?!” Aí fiquei atrás dele mesmo porque ele tinha o dinheiro. Quando vi o cheque pensei: “Agora ele tem o dinheiro.” Aí pressionei para pagar mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que se incomodou e pediu desculpas ao deputado Capez pelo fato de ter levado o Jeter para trabalhar no gabinete por conta da questão do delegado, da assinatura. O senhor não estranhou o Jeter ter assinado esse contrato?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha anormal a rubrica num documento, que, segundo o Sr. Jeter, era uma prática no gabinete e não acha anormal a assinatura em um contrato...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deputado, não estou entendendo a sua pergunta. Sinceramente não estou entendendo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA PT - O senhor disse que se incomodou, ficou envergonhado e foi falar com o Jeter...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Porque eu é que levei ele para o gabinete, por causa disso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aí você vai falar com o Jeter que o deputado estava bravo por conta da assinatura do ofício, que era uma prática comum, segundo o Sr. Jeter.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não sei. Essa prática eu não conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou relatando. Segundo o Sr. Jeter, era comum os servidores rubricarem os documentos e fazerem o devido encaminhamento. O senhor se incomoda com a indicação desse delegado, mas não se incomoda... O senhor tomou conhecimento de que ele assinou um contrato, o senhor tomou conhecimento de que ele recebe um cheque, uma pessoa endividada, que sempre tinha problemas com dinheiro, recebe a princípio 50 de um total de 200 e o senhor achou aquilo normal?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não sabia o que ele estava fazendo. Na questão da assinatura foi um fato, todo mundo no gabinete comentou que ele havia falsificado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o contrato era um fato. O senhor sabia.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Em relação ao contrato, fiquei sabendo depois do cheque. Ele fala um monte de coisas. Deputado, quero afirmar para o senhor, vou repetir: eu não vi esse contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que se reuniu com o Sr. Marcel para cobrar o cheque.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Aqui na lanchonete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havia mais alguém?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Tinha mais uma pessoa, que não sei quem era, junto com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em um dos depoimentos, fala-se que seria o Sr. César...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um dos vendedores... Um segundo que vou pegar todos os nomes: o Sr. Adriano, o Sr. Marcel, o Sr. César e o Sr. Merivaldo. Aí o senhor vai cobrar dos representantes da Coaf o cheque.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, eu cobre do Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui está dizendo que teriam mais pessoas. Que seja o Marcel, que seja a sua versão, o senhor vai cobrar o Marcel.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Isso, exatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não achou aquilo anormal?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Como? Eu não estou entendendo o anormal, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como anormal? O senhor disse que o Jeter é um cara endividado, um cara mentiroso, um enrolão.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, eu não afirmei. Não afirmei que ele é mentiroso, que ele é enrolão. Eu disse o seguinte, que ele sempre está com problema.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou fingir que nem escutei essa parte para eu não ficar nervoso, porque o senhor falou, há pouco, que ele era mentiroso. Mas vamos lá, o senhor disse que ele é endividado.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - É.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falou para ele que ele tinha que sair do gabinete por conta da assinatura do ofício.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não falei que ele tinha que sair, ele saiu do gabinete, falei que ele cometeu um erro fazendo isso aí. Ele falou que não: “Não fiz”. Ele afirmou para mim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O ofício do delegado?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Ele falou que ele não fez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele não cometeu um erro ao ter assinado o contrato?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deputado, é apertando a dele, eu não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A partir do momento em que o senhor está com cheque, o senhor disse que a partir do cheque tomou conhecimento.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Isso, do contrato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando o senhor tomou conhecimento, a partir do cheque, o senhor não achou aquilo errado?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Achei, errado é.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que o senhor foi cobrar o cheque?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Porque eu queria o meu dinheiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Participou também do erro?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Eu não assinei contrato nenhum, como eu participei de erro?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor foi cobrar algo que, em tese, é ilícito.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mas eu não sabia, não é? Fiquei sabendo depois pelos jornais, antes eu não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, receber os valores e assinar o contrato não é anormal, assinar o ofício é, pelo o que o senhor está dizendo é a conclusão que eu posso tirar. O Sr. Jeter disse que o senhor tinha experiência nisso.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Experiência em quê?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse o seguinte: “Eu procurei o Merivaldo porque ele tinha experiência em consultorias, nesses trabalhos”.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - O senhor viu o que eu fiz, votação eletrônica, que foi inspirado para o Brasil inteiro, eu tenho que ter alguma experiência. Trabalhar no Projeto Pomar, no rio Pinheiros, eu acho que tenho experiência como funcionário público. Nesse sentido eu tenho, sim. Estudei, tenho formação, fiz pós-graduação em gestão pública, então, eu não sou um desconhecido, não desconheço o fato, eu conheço o serviço público. Não é mentira dele, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor Jeter disse que o senhor tinha experiência, por isso ele o procura.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Experiência no serviço público eu tenho. Isso não é mentira dele, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Inclusive em Recursos Humanos, como o senhor disse aqui.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Em Recursos Humanos eu nunca trabalhei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando o senhor fez essas ligações cobrando cheque, o senhor alguma vez ameaçou?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Ameaçar, não. Cobra-se de uma maneira forte.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor colocaria o seu sigilo bancário à disposição desta CPI?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Já está, já foi aberto.

O SR. - Deputado, muitos meses atrás eu peticionei, disponibilizando nos autos que estão tramitando no Tribunal de Justiça.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Já tenho, inclusive, marcada a audiência no Tribunal de Justiça. Já fui intimado. Meu sigilo está lá, minhas contas estão lá, meu imposto de renda está lá também.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria ver se o deputado Alencar precisa de algum tempo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu preciso, deputado Zico, mas preciso me organizar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Vou fazer as perguntas e depois eu lhe passo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode falar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Deputado Barros Munhoz, eu trabalhei 22 anos dentro de fábrica. É normal um emprestar dinheiro para outro, só que se empresta para pagar no pagamento, não é para pagar três anos depois. Você não tem dinheiro para ficar esperando três anos, a não ser que o Merivaldo tenha bastante, porque é diferente o salário que ele ganha aqui do salário que eu ganhava na fábrica. Se o cara não pagar no fim do mês, o cara vai na jugular, porque ele não tem, o dinheiro dele é contado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - No segundo pedido não tem empréstimo mais, sinto muito.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Essa é uma questão que, entre os trabalhadores, é muito comum. Quando não pagam no dia em que você marcou para pagar, você não empresta uma segunda vez de jeito nenhum. Não empresta na segunda vez, porque você está sendo enganado. Ou você vai a casa para ver se realmente o filho

que ele pegou tem deficiência física, ou você vai a casa para saber, porque um sabe da vida do outro. É assim a vida dentro da fábrica e por aí afora.

Essa história está mal contada, tem que deixar registrado isso. Está mal contada porque ninguém vai emprestando dinheiro indefinidamente. Merivaldo, quando você pegou o cheque, você sabia de onde vinha?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Estava lá, Coaf.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Que era da Coaf?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mas eu não sabia o que era a Coaf.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você não conhecia essa história da merenda, você não sabia de nada?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Isso, exatamente. Eu não sabia o que era a Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Aí o senhor ficou sabendo?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Fiquei, porque...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi atrás para saber?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não fui atrás, fui atrás do cheque. Do cheque, sim. Perguntei: “Jeter, e aí?”. Aí que ele me falou...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Merivaldo, só para entender, ele não podia lhe pagar depois de dar um cheque de 50 mil...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Ele falou que fez uma consultoria, que aquele cheque era para eu devolver aquele dinheiro para ele. Foi isso o que ele me falou.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Um cheque de 50 mil, depois não tinha fundo.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Vou fazer o que se não tem fundo?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você pegou o cheque, assinou, pôs na sua conta...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - E voltou devolvido, cobrei e devolvi.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Concede-me um aparte, deputado?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É que eu estou querendo entender, porque... Concedo-lhe um aparte.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu acho muito estranho, porque alguém pega um cheque de 50 mil reais...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deputada, sem fundo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deixe-me concluir o raciocínio. Uma pessoa esclarecida, o senhor já disse aqui todos os seus atributos profissionais, e o senhor não suspeitou desse cheque? É muito estranho alguém que deve 18 dê um cheque de 50. O senhor não suspeitou que tivesse alguma coisa estranha nisso aí?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Deputada, o que adianta eu suspeitar? Eu preciso receber o meu dinheiro. Suspeitar eu até posso suspeitar...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor ficou três anos dando dinheiro, dando dinheiro, dando dinheiro, dando dinheiro, aí o senhor pegou um cheque

de 50 mil reais. Depois o que o senhor fez quando o cheque voltou? O senhor cobrou e agora ele pagou o senhor?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Ele continua devendo para você?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Alguma coisa, sim.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Alguma coisa. Ele pagou uma parte, porque, pelo o que eu entendi, são 18 mil o que você emprestou.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mais ou menos, deputado, porque não foi um empréstimo assim...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu sei, mas você foi fazendo as contas?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Claro, claro.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você foi fazendo as contas, deve ter chegado a algum número. Pelo o que eu entendi aqui são 18 mil. Ele lhe deu um cheque de 50, como você ia repassar o resto para ele?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Devolver o dinheiro para ele.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você ia devolver?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Exatamente, foi o que nós combinamos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu quero deixar consignado que eu não sou trouxa. (Manifestação dos presentes.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pega um cheque de 50 mil para pagar 18. Está muito confuso, eu quero ser muito claro que não estou entendendo. Vou querer dinheiro emprestado...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu não acreditei em uma palavra do que o senhor disse aqui.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Se alguém tiver dinheiro para me emprestar nessas condições, eu estou precisando muito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você é mais um daqueles que vieram nos enganar aqui, ou não? Estou lhe perguntando.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado Barros, comece a ficar bravo, eu gosto quando V. Exa. fica bravo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu não sabia que eu tinha um fã-clube tão grande e tão qualificado assim, mas eu vou ficar já, já. Vocês não perdem por esperar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Virou piada, Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Estou aquecendo os motores, mas vocês não perdem por esperar. (Falas sobrepostas.)

A SRA. MARCIA LIA - PT - É uma grande piada, é uma grande farsa. Está achando que os deputados são um bando de trouxas. Os deputados não são trouxas.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu já vivi muito nesse meio, mas estou achando muito confuso. Merivaldo, você me desculpe, eu quero passar o meu tempo, mas essas condições de empréstimo são muito boas e tem poucos brasileiros que fazem isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor tem um pouquinho de dinheiro para me emprestar? Eu gostaria também de receber um dinheirinho para não ter que pagar nunca mais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O tempo que V. Exa. tem para passar são 15 segundos, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu só queria parabenizar o Sr. Merivaldo, porque o senhor é o melhor. De fato, de todos, ele é o melhor e mantém a mesma versão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Um aparte de dois segundos. Todo mundo que recebe um cheque sem fundo vai querer saber qual é a empresa que emitiu o cheque, se ela tem condição de pagar ou não, vai procurar a própria empresa para receber. O senhor procurou a Coaf?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não, o Marcel, que falava que era da Coaf. Encontrei com ele aqui. Fui cobrá-lo, sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cobrou-o?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Cobrei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Na Coaf, o senhor não falou com ninguém?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não. Falei com o Marcel, com o Jeter, porque o cheque era do Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui está Marcel, Adriano e César.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Nunca, deputado. Estou afirmando para o senhor, eu peguei o telefone, liguei para o Marcel não foi uma vez, foram diversas vezes, porque, segundo o Jeter, ele era o representante.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Representante de quem?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Da Coaf, ele falava. O cheque era do Marcel. Eu tinha entendimento de que o cheque era dele. Não sabia qual era a função dele, o que ele fazia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem emitiu o cheque?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - A Coaf.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E o senhor não foi atrás da Coaf?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Fui atrás. O Marcel que era o cara da Coaf, segundo informação. Eu sabia dele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quem era a pessoa do Capez?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Que Capez?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Mas que pessoa?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há informações, há depoimentos de pessoas que dizem que, por exemplo, o Marcel, e tem os senhores com o cheque... (Falas sobrepostas.) ...que agiu em nome do deputado para conseguir o contrato. Quem era?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Não entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era a pessoa que agia em nome do deputado para conseguir o contrato na Educação?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Encerrado o tempo, há mais algum deputado inscrito? Não há nenhuma inscrição aqui. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, realmente nós estamos em uma posição, para dizer o mínimo, vexatória. Nós estamos enxugando gelo. É lamentável. Quando alguém pode dar um esclarecimento, não vem, está com delação premiada. Fiquei sabendo agora que a delação premiada do Chebabi não existe.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Existe só o depoimento. Nós tivemos acesso às informações.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Nós temos cara de trouxa, mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu acho que sim, eu acho que sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Marcia Lia, eu não me considero trouxa e não acho isso justo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu também não. Eu também não, mas estão gozando da nossa cara aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se V. Exa. se acha trouxa, eu não me acho.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Todos que vieram aqui mentiram descaradamente. Todos. Até que tinha uma delação e, por isso, o sujeito não viria. Fiquei sabendo neste minuto, pelo deputado Barros, que não existe delação nenhuma. Estamos então sendo enganados mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O que queria dizer bem francamente...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas deputado Barros, só um...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quem afirmou que havia delação foi o Ministério Público, o promotor que veio aqui. Ele afirmou que havia. Foi ele que afirmou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O próprio Chebabi veio aqui dizendo que não podia falar porque tinha premiação.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas o promotor afirmou que havia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Chebabi, no âmbito...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso foi a sentença, é isso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No âmbito...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - No Tribunal de Justiça?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No âmbito da Procuradoria não há.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas o promotor disse, todos nós estávamos aqui, que havia sim uma delação premiada...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Carlão, só para explicar, o senhor me permite?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Foi o promotor que disse isso, homologado pela juíza lá do interior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu sou obrigada a acreditar que o deputado Barros Munhoz tem razão. O Ministério Público está junto.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, por favor, um de cada vez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, só um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Acho que isso é importante. Deputado Carlão, nós tivemos, eu e o presidente Zerbini, e o relator, deputado Estevam, com o presidente do Tribunal de Justiça na última sexta; e, na quinta, eu estive com o procurador-geral, Dr. Smanio: não há delação do Chebabi na Procuradoria.

Portanto, ele pode falar aquilo que tem conhecimento sobre o contrato com o Estado - são investigações que estão em lugares distintos. E, mesmo que houvesse, e esse é o entendimento do procurador-geral, tanto é que o juiz-relator, quando Marcel vai alegar para não vir aqui, diz: “Você tem que ir, a convocação é legal. O senhor pode até ficar em silêncio naquilo que te autoincrimina, é um direito de defesa. Mas o senhor tem que falar.”

Portanto, ele reconhece que, mesmo que houvesse a delação, poderia ser dito aqui palavras do próprio desembargador porque são órgãos com competências de investigação previstas legalmente, com a instituição, e não pode ser impedido.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu não estive com o procurador, deputado. Só para esclarecer. O que o deputado fala com relação a essa delação homologada pela juíza de 1ª Instância em Bebedouro?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, ou não?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O procurador.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele falou que isso não tem nada a ver. O último promotor que aqui esteve, Dr. Romanelli, diz: “Fizemos uma delação, primeiro, com o pessoal da Coaf, que entregou o lobista. Depois, com o lobista, entrega a relação com o mundo político e público.” Essa é a ordem que ele colocou.

Chebabi faz uma no âmbito da 1ª Instância, não no foro competente para quem tem foro privilegiado. Ele mentiu ao vir aqui. Marcel, que faz aqui na Procuradoria, e mesmo assim o juiz-relator entende que ele tem que falar. Portanto, alegar que fez delação não é impedimento para falar. E o próprio procurador-geral assim se manifestou na quinta-feira, quando estive com ele. Por que isso?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado, só quero pedir desculpa porque eu havia entendido que o senhor tinha afirmado que não havia delação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No âmbito dessa investigação não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está certo. Agora eu entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tanto é que ele reconhece o dever do Marcel vir a esta Casa. Ele fala: “Você pode ficar calado no que te autoacusa. Nos demais você tem que falar.”

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecimento. O que, no mínimo, é muito estranho é que a delação dos dois é simplesmente o depoimento feito na polícia. Não existe nada como se faz normalmente, todo trâmite, se assume compromisso, se declarar culpado, enfim. Não existe nada. Aquilo que foi considerado delação, e é, inclusive, estranho que uma juíza faça isso, que homologue isso. É um simples depoimento feito na delegacia no distrito policial. Acho estranho que um promotor aceite como delação um simples depoimento feito num distrito policial, em um inquérito policial.

Está muito estranho tudo isso, efetivamente. Eu acho que seria muito interessante, diante dessas informações, que as autoridades viessem a esclarecer isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se o deputado Barros me permitir, queria fazer só uma pergunta ao Sr. Merivaldo. Uma só.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu acho que o presidente queria te cumprimentar. Essa é a grande dúvida.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É extremamente estranho isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Merivaldo, sou eu, Carlão. Eu não peguei o começo da sua fala. Depois de tudo que você viu, que passou, acha que Jeter... Você não pode dar opinião, não é? Não adianta perguntarmos, pode esquecer.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A primeira pergunta que eu faço é a seguinte, Merivaldo. Você trabalhou no IML na época do Lamari, não é?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Isso. No ILP.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Olha, é “transmimento de pensação” porque na verdade é um IML lá. Mas o senhor trabalhou no tempo do Lamari.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quando eu demiti o Lamari, o senhor também saiu?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Quando o senhor demitiu Lamari, colocou o Maurílio lá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso.

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Aí o Maurílio chamou todo mundo e falou que ia fazer modificações...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Mas o Lamari trabalhava junto com o senhor e ...

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Ele era o meu chefe, o diretor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E do Jeter também?

O SR. JOSÉ MERIVALDO DOS SANTOS - Também, de todos nós.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O advogado, não é?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É, o advogado do Jeter que veio aqui nos ofender.

Pessoal, vou falar uma coisa que está no meu coração. Eu também não sou bobo, meu caro deputado Carlão. A única coisa com que não me xingaram foi de bobo. Mas estou me sentindo extremamente mal, estamos sendo tratados como bobos, realmente, isso é indiscutível. E não estamos fazendo nada de real e de concreto aqui.

Sr. Presidente, nós temos que tomar providências.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu também acho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sob pena de nos avacalharmos como deputados, e de avacalharmos o instituto da CPI. Estão nos ultrajando, para dizer o mínimo. O que nós assistimos aqui foi uma coisa vergonhosa: depoimento falso de

promotor. O Dr. Romanelli veio aqui e falou que não tinha nenhuma apuração funcional. E quando nós provamos que ele tinha, no CNJ, ele falou “Ah é, no CNJ eu tenho ainda.” São coisas assim, absurdas e absurdas.

A minha colocação é a seguinte: vamos dar um breque, vamos nos reunir e vamos ver qual é a direção, o que faremos contra esse povo que veio aqui mentir e nos enganar acintosamente, de maneira bárbara e absurda. “Vamos prender?” “Ah, ninguém quer que prenda!” “Não!” e não sei o quê.

O que estamos fazendo aqui? Assistindo, assistindo, assistindo e não indo a lugar algum. Estamos caminhando para o cadafalso.

Eu tenho uma entrevista do ministro da Transparência, Torquato Jardim. Ele está falando das fiscalizações que o Ministério está fazendo e fala: “Quais desafios o senhor já encontrou em relação a esse trabalho aqui na CGU? O maior desafio é dar consequência ao quanto é apurado. Por exemplo, nos últimos 13 anos, o nosso grupo de Operações Especiais, em parceria com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal, realizou 230 operações nos municípios, onde ficou comprovado o desvio de verbas públicas federais: 77% das operações apuraram desvio em merenda escolar.”

A SRA. MARCIA LIA - PT - Piada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Tem aqui notícia de hoje, que é a mesma coisa que uma congênere da Coaf fez em Araraquara está apurado, e os sete estão sendo denunciados. Lá foi o Ministério Público Federal. Aliás, parabéns ao Ministério Público Federal, parabéns à Polícia Federal. Está aqui, tudo apuradinho, certinho, as pessoas denunciadas. Mesmo esquema, podem ler aqui que é exatamente o mesmo esquema da Coaf.

Eu tenho aqui, minha gente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte, deputado Barros?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Parece-me que também tem uma congênere no Rio de Janeiro, atuando lá.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sem dúvida. Eu queria então falar o seguinte. Eu tenho aqui um processo contra o ex-prefeito de Itapira, minha cidade. Ele tomou posse em 1º de janeiro de 2005. No dia 28 de janeiro, a secretária de Educação dele mandou um ofício para ele: “Precisamos contratar urgente uma firma que forneça merenda, porque vão explodir as caldeiras que fazem merenda aqui.”

No mesmo dia ele abriu uma licitação. O edital é exatamente igual ao que a firma ganhou fez em outras cidades - Tietê e etc. Aí ele fazia aditamento e prorrogava, aditamento e prorrogava, durante oito anos. Agora está terminando o processo dele. O juiz já mandou ultimar as partes e já vai dar sentença.

Vejam bem. Ele roubou a merenda, roubou a comida dos estudantes de Itapira durante oito anos! Roubo de merenda! Porque as merendeiras, quando faziam, no último ano do meu mandato - eu o antecedi -, a merenda ficava em dois milhões e meio. Ele, no primeiro mês que passou a pagar, no primeiro ano, cinco milhões e pouco: mais de 100 por cento. Muito bem, ele tem bens bloqueados de 20 milhões de reais que, atualizados, dão 34 milhões de reais. Vejam bem, 34 milhões de reais em Itapira, que é a maior cidade do mundo, sem dúvida alguma. Mas não tão grande assim, está bom?

Por que estou falando isso? O promotor falou aqui, e nós todos sabemos: o escândalo que nós estamos apurando, eu vou repetir, é um grão de areia no deserto. Tudo bem, não quero que não seja apurado. Eu quero que melhoremos e resolvamos a encruzilhada em que nós encontramos. Vamos a fundo, vamos tomar uma providência, chamar esses caras, o Sr. Chebabi. Todo mundo que tem algo realmente importante não veio, Chebabi não veio, Marcel não veio. E nós aqui nas periferias. Chebabi veio e foi embora.

Eu acho que devemos tomar uma diretriz com relação a isso. Vamos entrar no âmago do problema. Eu preciso localizar, e o Dr. Romanelli falou aqui. Tem um grande processo sobre J. Coan, que foi essa empresa de Itapira, e em vários lugares. São bilhões de reais que eles roubaram e continuam roubando.

Todos nós aqui sabemos disso! Eu estou mentindo?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu estou mentindo ou é verdade?

A SRA. MARCIA LIA - PT - É verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E vamos ficar aqui fazendo o quê? Brincando de cabra cega? Nós sabemos quem rouba a merenda! Tem roubo de bilhões e nós estamos preocupados com o menor grãozinho, e procurando Merivaldo! Merivaldo, com todo respeito, não acreditei em 99% do que você falou. Eu só acreditei em um 1%, que é o mais triste, que você está doente.

No resto eu não acreditei, Merivaldo. Eu te conheço. Acho que você está comprando uma bucha que não é sua. Entendeu?

Vocês estão de acordo comigo ou não? Pelo amor de Deus. Eu estou ficando atordoado com isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A questão é qual o rumo que nós vamos tomar. Acho que são duas coisas distintas. Uma coisa é a apuração. Outra coisa é a constatação de alguns problemas crônicos que a CPI talvez tenha o dever de indicar e de fazer alguma coisa.

Acho que o erro nosso é nos colocar aqui com um papel de polícia, papel de Ministério Público, papel de investigação. Parece-me um pouco triste que o que nós fizemos até agora foi simplesmente repetir o que a delegacia fez e o que a Corregedoria fez, só isso.

Acho que o resultado disso, quem está mentindo ou quem não está mentindo, é uma questão de prova. Mas o que nós poderíamos esperar? Se houve pressão e falaram alguma coisa que desmentiram ou não... Nós tivemos caso de pedido de prisão também.

Só mudou o local, mas na essência, não houve nada que esta CPI acrescentou até agora. Para semana que vem, eu não sabia, eu acho que publiquei em tempo errado. Existe um requerimento que eu protocolei ontem, acho que então não entra na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Se foi protocolado ontem, não, deputado. Entra na próxima reunião.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O Tribunal de Contas do Estado fez uma apuração rigorosa desse caso. O jornal "Folha de S. Paulo" publicou algumas linhas há alguns dias atrás, falando do grande problema da falta, talvez, de preparo do Estado para controlar esses contratos, do problema de fiscalização, e nem esses dados nós temos.

O promotor falou aqui uma frase interessante, que é difícil acontecer algum esquema de propina se não houver a participação de agente público. Qual agente público? Seria o da Comissão de Licitação? Seria o da fiscalização? Seria o de político?

Não temos prova de nada até agora. Temos um modelo...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Seria do Ministério Público?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nós temos um modelo na agricultura familiar bacana de incentivo ao agricultor, de chamada pública. Nós temos quatro empresas no estado de São Paulo que estão habilitadas para isso.

Hipoteticamente, se qualquer presidente de cooperativa não quiser pagar propina, não vai pagar, porque só essas quatro vão ganhar. É só estar ali com a documentação em ordem, e nós temos uma lei que prevê que a cooperativa precisa estar inscrita na Ocesp para participar disso.

A cooperativa participa de uma licitação no estado, ganha e ninguém do Estado, da Comissão de Licitação vê isso. Ela ganha e a Ocesp - o que é pior - que seria o órgão que legitima, também não denuncia uma empresa que não é filiada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Muito estranho, viu, deputado Caruso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Embora sabendo plenamente do comportamento da Coaf?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Exato. Então, quer dizer, é uma bagunça generalizada. Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos parar um pouquinho e tentar decidir entre nós quem nós vamos ouvir? Nós demos direito de defesa talvez para todo mundo aqui se expor. Nós vamos ouvir o Moita? Vamos ouvir o rapaz da Secretaria de Saúde, que eu esqueço o nome? Nós vamos ouvir alguém do Tribunal de...

Por exemplo, a deputada Marcia Lia citou aqui milhões de reais desviados. Pode ser e pode não ser. Nós não temos um quadro de números dizendo onde foi roubado o dinheiro. A "Folha" publicou um dado dizendo que houve sobrepreço. Onde? Onde estão os dados?

A SRA. MARCIA LIA - PT - O Tribunal de Contas também.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então, onde estão os dados desta CPI, para podermos falar o seguinte: “No contrato ‘x’ sumiu 200 mil, no contrato ‘y’ sumiu um milhão”?

Nós não temos. Então nós estamos brincando aqui, com todo o respeito, de repetir aquilo que já foi feito.

Ou nós pegamos esse relatório do Tribunal de Contas, analisamos os números, chamamos aqui o técnico que esmiuçou isso e vemos onde é o problema, ou chamamos essa Comissão de Licitação aqui para explicar porque aprovou a Coaf para fazer uma licitação dessa natureza, se ela não estava habilitada legalmente, ou nós chamamos o fiscal, seja da União, seja do Estado, para ver por que não houve fiscalização, seja na questão documental, seja na parte de recursos, ou chamamos aqui um, dois estudantes, que, de fato, comem a merenda, para explicar qual é o problema da merenda.

Qual é o problema da merenda? A merenda é boa ou ruim? Eu não sei. O Barros fala que é a melhor merenda do Brasil. Como paulista, eu torço para que seja, mas e se não for?

Então, ou nós ouvimos quem de fato lida com isso, ou é brincadeira. Porque repetir aquilo que está no inquérito, aquilo que está sendo feito lá, não dá. Já que é bagunça - desculpe, presidente - eu apresentei um documento no qual eu peço a convocação de todo mundo que está citado, de todos os municípios, porque o Ministério Público não começou a apuração, porque foi transferido o inquérito e tudo mais, porque não dá.

Não estamos indo na questão séria, que é a questão... Primeira pergunta: “Qual é o problema da merenda?” É fiscalização, é qualidade, é sobrepreço? Nós não sabemos. Nós temos, de fato, a CPI da Coaf. Estamos brincando de reproduzir tudo aquilo que está na Coaf, e não dá mais.

Então, um requerimento que eu gostaria de fazer agora - eu sei que não é possível e V. Exa. vai negar - é o seguinte, que em cada pauta todos nós, deputados, discutamos os nomes que vão ser convocados, porque não dá mais pra ficar só ouvindo gente da Coaf chegar aqui e falar: “Olha, está com sigilo, está com delação.”

Vamos prender quem? Nós vamos fazer acareação porque o Merivaldo fala que emprestou, o outro fala que foi extorsão. Problema dos dois. Se os dois têm problemas financeiros, o que importa isso para nós? Se os dois brigaram, o que importa na questão da merenda? O que altera para o estado a briga dos dois?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Para ter foco. Vossa Excelência, permita-me fazer uma colocação em sua fala. Eu acho que V. Exa. tem toda a razão. Eu acho que nós temos que chamar o Tribunal de Contas, fazer uma conversa com o Tribunal de Contas e identificar onde há problemas, de fato, na merenda, porque o Tribunal tem apontado isso, para nós podermos chegar no foco.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só para concluir, Sr. Presidente. Tem uma ação grande em andamento. O promotor Romanelli a mencionou aqui. Até pedi para a sua assessora localizar essa fala.

Nós temos que ir lá atrás disso. De repente, quem está se omitindo... E ele falou de vários anos. Olha, qualquer pessoa que já trabalhou com licitações em prefeitura e na área jurídica de prefeitura - estou falando de milhares -, qualquer prefeito do estado...

Eu fui abordado durante os oito anos do meu mandato. “Escuta, você não quer pôr a empresa aí? Dá ‘x’ por merenda.” Eu fui abordado, como prefeito. Eu falei “não”, por duas razões. Em primeiro lugar, porque eu sou honesto. Você pode até não acreditar que isso exista ainda, mas, infelizmente, eu sou. Porque neste país é besteira você ser, porque você é processado, aqui mistura tudo.

Enfim, depois, faz isso. Tira a merendeira, continua no quadro... Porque eram efetivas... Paga o dobro do que era gasto e o mundo inteiro sabe. Sabiam até o restaurante. Restaurante “Jangada” em Mogi Guaçu. Todo dia 20 um ex-deputado desta Casa, que trabalhava para a Coan, para agenciar prefeituras, levava o dinheiro para o prefeito.

Você sabe o local onde entrega, sabe qual é o valor da merenda, sabe tudo. Essa é a triste realidade que nós estamos vivendo, e nós aqui - com todo o respeito - discutindo o sexo dos anjos.

Não falei pra você que eu ia me exaltar? Estou quase me exaltando, mas é um absurdo. Desculpe a ênfase, mas é revoltante.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aproveitando a fala do deputado Caruso, queria dizer que eu concordo em parte. Acho que nós temos que, além do caso da Coaf, aprofundar o trabalho desta CPI, sem esquecer da Coaf, para revelarmos a verdade.

Há um requerimento, por exemplo, de convocação do advogado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O que vai resolver? O advogado vai vir aqui e dizer: “Desculpe, falei bobagem.” O que resolve no problema da merenda?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu também tenho dúvida se devemos convocá-lo ou não, mas há um requerimento, porque ele teria ofendido o trabalho desta CPI e, conseqüentemente, os deputados.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pelo menos para ele se retratar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Porém, nós não podemos deixar, nesse caso da Coaf, de ouvir o Chebabi. Não podemos deixar de ouvir o Marcel. Não podemos deixar de ouvir todos os servidores citados na Educação.

Não podemos deixar de fazer as acareações com Moita, Padula, Dione, Rodrigo, Yuri, todos, porque lá também houve fraude no contrato. Por exemplo, quando usa somente dois orçamentos, ao invés de três, como determinado pela lei.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Qual caso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No caso do contrato, da chamada pública.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Do Estado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do Estado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então, espere aí. Vamos trazer a Comissão de Licitação em primeiro lugar aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, é que estou dizendo os nomes. Estou dizendo os nomes porque há uma irregularidade latente.

Não podemos deixar de fazer as acareações, porque se nós pegarmos o que o Sr. Jeter falou na Comissão de Sindicância aqui, que ele só tomou conhecimento do cheque, aliás, do contrato...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por favor, deputado. Eu vou fazer uma coisa humanitária. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nós poderíamos dispensar o depoente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos dispensar o Merivaldo, ele visivelmente não está bem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele está inclusive dizendo que não está se sentindo bem aqui. Alguém tem mais alguma pergunta?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir meu raciocínio, Sr. Presidente. O Sr. Merivaldo deu um depoimento também contraditório na Sindicância, em relação a algumas coisas que ele fala aqui.

Nós temos que fazer a acareação entre o Merivaldo e o Jeter, proposta inclusive pelo deputado Barros Munhoz.

Agora, deputado, nós temos também o que investigar na Coaf, porque o próprio Tribunal de Contas diz que há um sobrepreço em torno de 44 por cento. Os depoentes anteriores, da Coaf, disseram que em um contrato de Estado há um valor de 10% de propina, 1,3 milhão. Não se trata somente do cheque de 50 mil reais. Há outros valores.

O contrato da Coaf é um dos maiores contratos da Secretaria Estadual de Educação. Salvo engano, o maior.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - O que vai acrescentar essa acareação do Jeter e do Merivaldo?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não sei. Por que não fazê-la?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Não acredito que isso vai acrescentar nada na apuração da verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não sei, eu não queria pré-julgar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, isso é uma coisa que vamos discutir em momento oportuno e colocar em votação. Só queria perguntar para Vossas Excelências se podemos dispensar o depoente.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Eu entendo que se nós quisermos realmente trabalhar com isenção e apurar a verdade, nós temos que ir na linha do Tribunal de Contas e na linha do deputado Caruso. Temos que ouvir a Comissão de Licitação da Secretaria de Educação. Aí nós vamos no âmago da questão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Como Vossas Excelências não me respondem, eu estou dispensando por conta própria o depoente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, há mais algum deputado inscrito?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência está inscrito. Vossa Excelência quer fazer perguntas ao depoente?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu queria... Assim como deu tempo do deputado Caruso falar, eu gostaria desse tempo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não vai ter, é só para ele não ficar aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir meu raciocínio, porque isto aqui é importante, isto aqui está em tema agora.

Deputado Estevam, há uma grande importância nessa acareação, porque um diz que era sócio, e outro diz que não. O outro também diz que houve chantagem, o outro diz que não. O outro diz que o cheque era porque era parte da sociedade, o outro diz que era dívida. Então, há muita questão envolvida, sim, eles podem esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nós continuamos esse debate depois. Está inscrito o deputado Enio Tatto, que quer fazer uma última pergunta. Só para dispensar, ele está passando mal aqui.

O SR. ENIO TATTO - PT - Cumprimento todos os membros, cumprimento o Merivaldo.

Eu estava no gabinete, e acho que foi uma das últimas perguntas que fizemos ao Jeter. Ele chegou aqui e mentiu. Realmente, deveria ter sido preso. Fiz uma pergunta, se ele tinha algum negócio com o Merivaldo, se tinha relações de dinheiro. Por quê? Porque depois, na comissão de sindicância interna, parece que o Merivaldo confirmou isso. Então, o Jeter mentiu, mas mentiu mesmo.

Percebemos como cada um que vem aqui depor parece que faz um curso antes de vir depor, para combinar entre eles o que vêm falar aqui na CPI. Parece que vêm muito bem preparados.

Concordo realmente que precisamos chamar o pessoal do Tribunal de Contas, para não ficar só na Coaf, para ver os outros contratos da merenda. Não dá para tentar apertar, por isso fica esse marasmo aqui, que não sai nada. Quando alguém aperta, como no seu caso, que você já pediu três prisões aqui, aí vêm os outros e dão uma soprada, para não acontecer nada.

Ou não está convencendo muito bem os parceiros. Aí, imediatamente, há um abafo, e não se extrai nada. Já deu para perceber que quem vem depor, quem veio até agora, se não endurecer um pouquinho mais, se não houver um apertinho a mais, não sai nada. Não sai nada. E, além do Tribunal de Contas, que tem alguns pareceres para nós podermos analisar junto, trazer alguém deles, acho que não dá para desanimar com esta CPI, enquanto nós não ouvirmos o Padula, não ouvirmos o Moita, o Marcel. Nós não chegamos ainda. Quem quer avançar, quem quer aprofundar, tem que ouvir essas pessoas e trazer o pessoal do Tribunal de Contas, para nós termos um relato de todos os contratos de merenda do Estado de São Paulo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só pela oportunidade, primeiro, que eu já concordo em liberá-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Podemos liberar, deputado?

O SR. ENIO TATTO - PT - O restante do tempo queria passar ao deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sem dúvida nenhuma. Nós vamos continuar o debate aqui. Temos assuntos a tratar, temos informações do Tribunal, enfim, nós vamos continuar. É só por uma questão humana.

Agradeço o depoimento do depoente e, doutor, estão dispensados. Obrigado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, queria passar meus restantes oito minutos e meio ao deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não são oito minutos e meio. Como V. Exa. não é membro, tem cinco minutos no total. Mas essa não é a preocupação desta Presidência.

Concordo plenamente com o que diz o deputado Caruso, e não há nenhum problema de que possamos, entre os membros da comissão, discutir quais são os próximos que devem vir prestar depoimento. Não há nenhum problema, não tenho nenhum problema em dividir isso com Vossa Excelência. É que estamos procurando seguir um cronograma feito pelo Plano de Trabalho, e respeitar.

Temos uma situação extremamente complicada. Eu concordo em número, gênero e grau com o que V. Exa. disse. Aliás, V. Exa. tem falado pouco, mas sempre com muita precisão, e com muita clareza.

Acho que nós, realmente, estamos patinando aqui. É que fica parecendo que, se nós não convocarmos as pessoas, esta comissão quer esconder qualquer ato ilícito do estado, e não é essa a impressão que queremos passar para ninguém. Não é isso que queremos fazer. Tudo o que foi requisitado, todos os depoimentos que foram requeridos aqui foram aprovados, foram ouvidos.

Então, nós queremos apurar, nós não queremos esconder, e nem proteger ninguém. Isso tem que ficar claro, porque foi uma das acusações contra esta comissão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, quero deixar bem claro, e fiz isso na reunião passada, e os membros do PT fizeram também, que a vinda do deputado Capez, presidente da Casa, na semana passada, não era o momento de vir. Foi uma decisão de V. Exa., dentro do cronograma de V. Exa., que tinham que vir outras pessoas. Queria discordar, respeitar V. Exa., mas discordar, porque eu falei isso na semana passada. Não era o momento.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, vou levantar as reuniões anteriores, porque muitos deputados da sua bancada diziam: queremos ouvir o deputado Capez, queremos ouvir o presidente da Casa. Aí, quando o presidente vem, vocês dizem: não queremos ouvir, porque não é o momento.

O SR. ENIO TATTO - PT - Foi decisão única e exclusiva de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É importante que sua bancada decida o que quer e o que não quer, para defender.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Queremos ouvir, mas no momento oportuno.

O SR. ENIO TATTO - PT - Coincidentemente, depois que eu ouvi o deputado Capez, começou esse desânimo na CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, não há nenhum problema.

O SR. ENIO TATTO - PT - É tudo uma engenharia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há nenhum problema. Já foi dito “n” vezes aqui, que se for necessária uma nova oitiva dele, vai acontecer. Fiquem tranquilos com relação a isso. Ninguém está preocupado com isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A minha sugestão é que, enquanto nós prosseguimos na Coaf, e eu concordo plenamente que tem que vir alguém do setor de Licitações da Secretaria da Educação, tem que vir o Moita, tem que vir o Marcel, indiscutivelmente esses são fundamentais.

E também acho que a comissão tem que tomar alguma providência contra quem, evidentemente, mentiu.

E outra coisa, olhe o que disse o promotor Romanelli aqui: “Veja, Excelência, que o Ministério Público do Estado já fez uma série de incontáveis investigações envolvendo merenda escolar. Poderia citar, genericamente, o Gedec, de São Paulo, que

tem uma enorme ação civil pública, que envolve a merenda escolar. Nossos colegas de Porto Ferreira, em conjunto com a Promotoria de Patrimônio Público da Capital, tem um brilhante trabalho sobre merenda escolar. O Gaeco, de Sorocaba, o Gaeco do ABC paulista, etc.”

Em resumo, acho que nós precisamos fazer um esforço, junto ao Tribunal de Contas, junto ao próprio Ministério Público, e ver, naquela parte que nós quisermos apurar, extra-Coaf, porque o buraco é muito mais embaixo. O que podemos colaborar com isso, qual é a participação da CPI nessa situação.

Mas, ultimar o trabalho com a Coaf, ouvindo as pessoas e chamar de novo o Chebabi aqui.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - A CPI é para investigar não somente a Coaf, as empresas, prefeituras, enfim, a merenda de uma forma geral. É o que nós não temos feito até agora. Acho que está na hora de começar.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Só uma curiosidade, presidente. Nós vamos ter praticamente mais um mês e alguns dias de CPI. Parece-me claro que dificilmente nós vamos conseguir chegar a algum município.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Parece-me que teremos que prorrogar, na medida do possível.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Na minha avaliação. Acho também que vamos meter os pés pelas mãos. Essa é uma investigação criminal, que é de responsabilidade da polícia, do Ministério Público, e só se nós agora resolvermos ocupar o papel dos dois, também. Mas essa é outra discussão.

A questão nossa é a seguinte: o que fazer, daqui para frente? Continuar esmiuçando só a questão da Coaf, ou pegarmos em primeiro lugar esse relatório do Tribunal de Contas, que é um pouco mais amplo, que traz números, uma série de detalhes e, a partir daí, que inclusive fala sobre Coaf, fala sobre outras questões, e a partir daí, tentarmos dar um norte.

Então, parecia-me mais sensato que o próximo passo nosso, primeiro, tivéssemos todo esse relatório e as conclusões. Foi requerido, mas acho que é do Tribunal de

Contas do Estado, e uma pessoa do TCE já para explicar e esmiuçar esse relatório para nós.

E juntamente com isso, já que problemas latentes foram divulgados, com relação à licitação, e se houve problema no Estado, esse com certeza, talvez, deve ser um problema crônico em cada município, faria sentido também que, junto, no próximo passo, nós ouvíssemos alguém da Comissão de Licitação da Secretaria de Educação, para explicar esse caso, para ver se a licitação foi ok, ou não foi ok.

A partir daí, na sequência, vamos chamar mais gente de A, B, C e D. Isso me parece mais lógico, que o próximo passo seria nós esmiuçarmos esses detalhes.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Entendo que é oportuno o encaminhamento de Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou aguardando V. Exa. garantir a nossa palavra. Estou quietinho aqui. O tempo do deputado Enio.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ah, desculpe, pode continuar. Não há nenhum problema.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado. Primeiro, quero concordar em parte com aquilo que foi proposto.

Nós não podemos trabalhar aqui, para enterrar aquilo que envolve a Alba Branca, de forma alguma. Temos que ainda ouvir o Chebabi. Temos que ouvir o Marcel. Temos que fazer a acareação entre esses dois; um, no mínimo, é mentiroso. Se não, deputado Estevam, quem fica com cara de bobo somos nós. No mínimo, buscar o nosso respeito, porque isso envolve contrato, isso envolve cheque, envolve também o tráfico de influência.

Isso envolve 1,3 milhão, no mínimo, do maior contrato, deputado Barros, com o estado de São Paulo. É o contrato dessa cooperativa. E justo nele parece que houve interferência política. Isso temos que apurar. Também é responsabilidade nossa.

Temos que apurar, sim, a responsabilidade da Comissão de Licitação. Concordo com V. Exa., deputado Caruso, plenamente, porque ali houve fraude, porque a lei foi descumprida claramente. Diz três, lá houve dois orçamentos, claramente. Então, houve

favorecimento. E justamente a Coagrosol e a Coaf, que somente elas apresentaram orçamentos. Então, há claro favorecimento.

Sobre o Tribunal de Contas, mais uma vez, ele aponta sobrepreço, o superfaturamento. O Tribunal de Contas, no relatório de 2014, diz que aquilo que vem do FNDE, proveniente do salário-educação, que aquilo deveria constar no orçamento estadual, como fonte 1, ou seja, do próprio governo, que a competência era estadual. O relatório de 2014, do próprio Tribunal de Contas. Por isso, há divergência da competência. O próprio Tribunal assim assinala. Por isso essa divergência na competência.

Entendo que devemos, sim, aprofundar em outras áreas. Acho que devemos fazer o debate também sobre a qualidade ou não, não sei se vai dar tempo, da merenda. Não sei se teremos tempo de fazer esse debate, mas tem que fazer essa CPI, porque não dá para só apurar os desvios. Mas se não fizermos o debate, não mudar a realidade da merenda servida aos estudantes no dia a dia, que é precária, que é ruim, e de qualidades diferentes, a depender da escola, e a depender da região.

Então, esse debate tem que ser feito por esta CPI. Não podemos nos furtar a isso.

Se vamos fazer paralelamente, a minha sugestão, então, é que façamos os dois tipos de trabalho, paralelamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência pode continuar, mas o tempo já está esgotado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado pela gentileza. Paralelamente, temos que fazer o trabalho de revelar mais sobre a Coaf. Podemos ter a quarta-feira sobre a Coaf e, na terça-feira, podemos ouvir os demais servidores para que as investigações caminhem juntas, senão iremos atropelar e não faremos nem uma nem outra.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só queria esclarecer algo. Vossa Excelência afirmou várias vezes que o depoente Marcel conseguiu um “habeas corpus” para não falar aquilo que o incriminasse. Irei ler o texto para V. Exas., porque não é isso.

“Nesta fração, indefiro a liminar reivindicada. Todavia, impõe-se o deferimento da liminar para garantir ao paciente o direito de: a) ser assistido por advogado; b) não

ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade; c) gozar do direito ao silêncio; d) exercer o direito de não se incriminar.”

Ele não queria vir aqui, então ele pode ficar totalmente em silêncio. A liminar garante essa possibilidade.

O SR. ENIO TATTO - PT - Aqui em São Paulo é impressionante como se consegue tudo. Em Brasília...

A SRA. MARCIA LIA - PT - É uma vergonha essa decisão. Não sei qual juiz que deu, mas é uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Srs. Deputados, eu só estou querendo esclarecer, não fui eu quem decidiu isso. Era só para esclarecer, porque várias vezes V. Exa. fez uma afirmação. Só estou corrigindo a afirmação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, sobre esse tema que V. Exa. retomou...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu não estou dizendo que não tenha que intimá-lo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre o tema que V. Exa. retomou, o Sr. Marcel - ao pedir uma reunião secreta, que nós aprovamos - está indicando que deseja falar. Esperamos que ele não mude e que, por alguma articulação, acabe não vindo ou ficando em silêncio.

O juiz, ao decidir isso, dizendo que ele não tem que firmar o compromisso...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - De dizer a verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Portanto, já que ele não irá firmar o compromisso - e dentre outras coisas, ele poderia ficar calado -, o juiz está dizendo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Que ele pode mentir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que pode mentir, mas que também pode falar. O juiz não determina: “Você não precisa ir, não precisa falar, porque há uma delação”. Quando dá essa decisão, o juiz admite que ele pode vir aqui e falar, mesmo com a delação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, só para esclarecer, o que estou dizendo é que o depoente pode vir aqui e dizer que não irá falar nada, e esta comissão não irá poder tomar nenhuma atitude. Aqui discutimos que a comissão não pode ser desmoralizada, então, se isso acontecer, deve ficar claro que nós não podemos tomar nenhuma atitude. É só isso.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, acredito que a comissão e a Presidência não podem aceitar essa liminar. Nós temos que contestá-la.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim. Essa é uma discussão que pedimos para a Procuradoria da Casa fazer.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Nós temos que pedir a cassação dessa liminar. Ela é um absurdo. Não existe.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Isso eu concordo. Já foi feito o pedido.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Acho que V. Exa., através da Procuradoria da Casa, tem que pedir a cassação dessa liminar imediatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esclareça que ele é testemunha.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Isso é tratar a CPI e os deputados como bobos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já foi feita essa solicitação.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Está tolhendo todo o poder da CPI.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, se o desembargador considera que ele é réu desde já...

Um dos argumentos que levou o processo para o Tribunal de Justiça é porque envolve deputados e, portanto, a competência é do Tribunal de Justiça. Assim, tudo aquilo no entorno seria apurado pelo Tribunal, porque aquelas pessoas, em tese, são testemunhas. Se o Sr. Marcel é réu, então é a Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Srs. Deputados, gostaria de fazer o encaminhamento da proposta feita pelo deputado Jorge Caruso. Parece-me que o deputado diz ser importante ouvir o pessoal de licitação da Secretaria da Educação. É isso? Eles seriam os próximos a serem ouvidos?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Em relação ao Tribunal de Contas, não há uma convocação, mas podemos agendar uma visita com o presidente do Tribunal, assim como fizemos com o presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, precisávamos também do relatório, que ele fosse distribuído.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Antes da vinda.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Antes da vinda, precisávamos do relatório e que viesse a pessoa mais “expert” da Casa...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Claro. Na sexta-feira, estivemos com o presidente do Tribunal, que nos forneceu cópia de todo o processo que corre no Tribunal de Justiça do Estado. Então, ele estará à disposição dos Srs. Deputados, e iremos ver de que forma iremos fazer isso.

Da mesma forma que isso aconteceu, em uma visita ao presidente do Tribunal, eu sugiro que marquemos uma visita ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, pedindo-lhe agilidade no envio desses documentos da Casa, os quais já foram solicitados. Em um segundo momento, poderíamos convocar algum técnico para prestar esclarecimentos. Não há nenhum problema em relação a isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Até em função do sobrepreço citado, até para entendermos o que está no relatório, precisamos perguntar para a Comissão de Licitação por que isso ocorreu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Correto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então, acho que são fundamentais esses dois casos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Parece-me que as convocações já foram aprovadas. Nós poderíamos, na próxima reunião, ouvir os membros dessa comissão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Gostaria de saber se a nossa Procuradoria já entrou contra a liminar. Já ingressou com algum pedido?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ainda não, porque ainda não houve a intimação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vá lá e pegue a intimação. Vá ao Fórum e dê ok.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que não podemos. Vamos ver se conseguimos fazer isso o mais rápido possível.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se nós aceitamos o documento que o advogado trouxe como verdadeiro, então estamos intimados.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É claro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se aquilo é válido, estamos intimados, então podemos recorrer a partir disso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Enquanto é feita essa convocação, também devemos convocar o Marcel. O Marcel, o Moita e alguém da Comissão de Licitação são absolutamente...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu também acho. Se são pessoas-chave, devemos, primeiramente, insistir em algo que ainda não veio, isto é, a cópia da delação dos dois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Elas já chegaram. Irei falar sobre isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nós iremos inquiri-los muito melhor se tivermos uma aula daquilo que foi feito de certo e de errado na Comissão de Licitação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu concordo que isso seja feito paralelamente. São duas questões. Nós temos que ouvir o Marcel e o Chebabi. Temos que fazer acareação. Temos que ouvir o Moita e o Padula.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas ninguém está falando que não irá ouvir, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas não dá para ouvir agora, mudar o foco e depois...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É a licitação da Coaf. Que foco, deputado Alencar Santana Braga?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Jorge Caruso, vamos fazer as coisas paralelamente, até porque temos um plano de trabalho aprovado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É o que nós estamos propondo, dentro do plano de trabalho.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Podemos repactuar. Proponho que, nas terças, tomemos os depoimentos das pessoas da Secretaria da Educação, da Comissão de Licitação e do Tribunal, quem seja. Nas quartas, continuemos a ouvir o Marcel, o Chebabi e os demais.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Acho que será difícil chegarmos a um consenso aqui. Então, Sr. Presidente, sugiro que V. Exa. continue pautando da forma que lhe convier.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na sexta-feira, inclusive com os deputados Estevam Galvão e Alencar Santana Braga, tivemos uma reunião com o presidente do Tribunal, que finalmente nos passou cópia de todo o processo dentro do Tribunal de Justiça.

Não preciso dizer para V. Exas. que o processo corre em segredo de Justiça. Portanto, o procedimento que iremos adotar aqui em relação às delações e às informações é aquele que já foi feito com os documentos da Corregedoria. Assim, os deputados membros da CPI podem requerer cópia, assinando termo de responsabilidade pelo sigilo desses documentos. Porém, há uma única exceção.

De forma muito concreta, sabemos que todos os deputados precisam das suas assessorias para analisar documentos. Não é o próprio deputado que faz isso sozinho. Há apenas um dado que me preocupa, que é o sigilo fiscal e bancário do deputado Fernando Capez nesse procedimento.

Em relação a essas informações, tomarei a liberdade de decidir que elas ficarão sob a minha guarda. Qualquer deputado que queira essas informações - à meia-noite, à uma hora da manhã, ou qualquer hora -, peço que me ligue e eu o acompanharei para garantir o seu acesso. Pelo menos nesse aspecto mais pessoal, iremos garantir o acesso a todos os deputados, mas devemos ter um pouquinho de cautela.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, nós iremos votar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Iremos votar os requerimentos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, acho que, no mínimo, hoje serviu para que pudéssemos aprofundar um pouco mais, pois sabemos que um não entrega o outro e este não entrega aquele. “Está tudo dominado”, como diz a gíria. Precisamos fazer uma reflexão um pouco mais aprofundada. O que nós queremos com esta CPI?

Para mim, está muito claro que o objetivo final é melhorar a qualidade da merenda e, para aqueles que fizeram as falcatruas, eles devem pagar por isso nesse período. Acho que esse caminho de “convoquismo” que estamos adotando aqui, sem uma discussão aprofundada...

Está evidente que, entre o depoente de hoje e o depoente anterior, um quis enganar o outro e quiseram enganar todos nós.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Estão menosprezando a nossa inteligência.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Estão achando que somos bobos. Sr. Presidente, sou um pouco cético. Não acho que apenas convocando iremos chegar a algum lugar. Devemos ter um ritmo. Os dois não falaram a verdade?

O próximo passo é pôr os dois juntos para vermos quem falou a verdade. Assim, podemos tirar algumas conclusões. Caso contrário, vamos até onde com isso? Daqui a 20 dias, chama um e chama o outro? Daqui a 20 dias, nós já perdemos o foco, já estaremos em outra. Se não tivermos, presidente, uma sequência lógica naquilo que vimos fazendo aqui, vamos chegar a um relatório desmoralizante para nós.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Qual a sugestão de Vossa Excelência?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - A sugestão é que cada vez que encontrarmos mentira entre os dois depoentes, o próximo teremos que pôr para acarear, para irmos eliminando. Até quando vamos deixar isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu não tenho nenhum problema de fazer isso. O problema é que, na última acareação que fizemos, um dizia uma coisa, outro dizia outra. E aí, quem está dizendo a verdade? É uma situação...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Prende os dois!

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, é curioso. O Ministério Público não prendeu os dois...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pois é.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - A polícia não prendeu os dois... Nós vamos prender os dois?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Prende os dois.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É uma situação complicada.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É fantástico o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É uma situação complicada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Use o método do Sérgio Moro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há problema de fazermos acareação, Srs. Deputados. O problema não é esse. O que eu queria aqui, o que acho que todos querem é tentar entender o processo, tentar entender a verdade, e eu acho que V. Exa., deputado Caruso, tem toda razão: nós temos que terminar, propondo políticas públicas, alterações que ajudem a acabar com essa... o que o deputado Barros Munhoz falou: é muito evidente que a merenda virou uma forma de enriquecimento ilícito de muita gente, principalmente nas prefeituras. É escandaloso isso que está acontecendo. E se nós não propusermos, ao final do trabalho da CPI, algumas coisas que possam minimizar esse problema, combater esse problema, eu acho que a CPI perde

a maior das suas ferramentas, que é propor leis, propor procedimentos que possam coibir esse tipo de coisa. Não queremos deixar de apurar nada. Vamos ouvir todo mundo, não há nenhum problema. Nunca negamos aqui que se ouvisse quem quer que seja. O único problema é que eu tenho um pouco de preocupação nisso. Às vezes sinto que estamos perdendo energia com coisas que acabam não levando a um resultado prático maior. O problema não é acarear ou não acarear. O problema é o que isso traz de contribuição para o processo todo. Esse é o problema maior.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, chegaram os documentos do Tribunal. Nós não sabemos o que o Marcel falou, eu não sei, particularmente. Além de ler esses documentos, temos que trazê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há nenhuma dúvida em relação a isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu, mais uma vez reafirmo, concordo com o deputado Caruso, porém acho que tem que fazer paralela. Uma coisa não exclui a outra. Se mudarmos a rota sem ouvir o Marcel, sem ouvir...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, nós vamos ouvi-lo, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No momento em que chega a delação, desculpe-me, paira no ar alguma coisa contra a CPI também.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, não. Nós vamos ouvir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ou dá sequência...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ninguém está dizendo que não vamos ouvir. Todos estamos de acordo, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós estamos falando a mesma língua?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Todos estamos de acordo.

Aquilo que eu indago a V. Exas. ...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos votar, vamos votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Aquilo que eu indago a V. Exas. é só o seguinte: digo que a partir de agora, a partir de hoje fica à disposição dos membros desta CPI os documentos que correm sob sigilo no Tribunal de Justiça. Informação dada a todos. Vou me dar o direito de resguardas as questões fiscais. Qualquer deputado, a qualquer hora pode consultar comigo, não há nenhum problema.

Segunda coisa, quero compartilhar aqui, não há nenhum problema: no plano de trabalho, os próximos a serem ouvidos aqui seriam os funcionários da Secretaria de Educação. Indago a V. Exas.: é esse o procedimento ou alguém tem alguma proposta diferente?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu acho excelente.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Apoio, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu acho que tem que ser esses, o Marcel...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E o Chebabi novamente.

Eu queria só fazer uma sugestão: que antes de convocar o Marcel para a próxima, que tentássemos, judicialmente, derrubar essa liminar, para que ele viesse aqui sem essa proteção.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito, presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Simultaneamente as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos fazer, vamos fazer.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só que tenta derrubar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele propôs uma audiência secreta e nós concordamos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presidente, acho que nós vamos perder tempo. Eles vão trazer nada e não vão levar nada. Só vamos perder tempo com eles.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como eu não sei o que eles vão dizer, presidente, eu acho importante...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu tenho só um pouquinho de receio da reunião secreta, porque começa a vazar aquilo que não aconteceu na reunião, problema sério. Mas enfim...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi proposto, na semana passada, V. Exa. colocou...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência tem razão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu quero voltar. Temos que ouvir o Marcel, o Chebabi, fazer acareação entre o Jeter e o Meriva, entendeu? Moita, o Padula, e paralelamente podemos ir ouvindo o pessoal da Educação.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Presidente, a questão da nova convocação do Chebabi, quando ele esteve aqui, eles estavam amparados por uma decisão judicial parecida com a do menino aí... do Marcel, e ficou em silêncio. Para nós convocarmos o Chebabi novamente, e ele estando amparado por essa decisão judicial, é perder tempo. Nós vamos chamá-lo aqui, ele não vai dizer absolutamente nada, nós vamos gastar o nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - No caso dele, não havia decisão judicial. Ele só alegou a delação. Eu proporia o seguinte, Srs. deputados...

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Mas é um direito constitucional dele, quer dizer, se ele for usar o mesmo direito, ele vai ficar quieto outra vez.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O que eu acho que podemos, todos agora vão ter acesso a essas delações. Todos vamos ter acesso a essas delações. Que todos possam verificar, estudar, analisar, até pedir ajuda da assessoria da Casa para que possamos entender o que ele pode, o que ele não pode, realmente, porque essas delações são muito estranhas, no meu entender. Então vamos fazer uma análise adequada, e na próxima reunião vamos ver qual o melhor encaminhamento com relação a isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu queria que nós encaminhássemos a V. Exa. as sugestões para convocação na segunda-feira, da próxima semana. Nós não trabalhamos na próxima semana, mas já indicamos a V. Exa. a convocação para a outra próxima.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pode ser.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para terça e quarta da outra próxima.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Os deputados concordam com isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para terça e quarta da primeira após as eleições. Nós vamos vir ou de cabeça inchada ou de cabeça fresca!

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu concordo em discutir os nomes que virão, sem nenhum problema, mas vou aqui deixar pública minha opinião, novamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Que temos que continuar ouvindo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Paralelamente fazemos ainda o trabalho sobre aquilo que envolve a Coaf...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E vamos avançar nos servidores públicos da Secretaria da Educação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Paralelamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vamos aos requerimentos? Srs. Deputados, Sras. Deputadas, requerimentos:

Item 1 - Requerimento nº 152, de 2016, do nobre deputado Carlão Pignatari, que requer encaminhamento de ofício à Corregedoria Geral da Administração, solicitando a seguinte informação: Por qual razão o servidor da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Sr. Jeter Rodrigues, foi ouvido pela CGA, nas dependências da Alesp, não na sede da própria CGA, como ocorreu com outros servidores ouvidos no âmbito da Operação Alba Branca.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2. Deputado, só não entendi o requerimento. Eu queria que V. Exa. explicasse, deputado Alencar Santana. Eu li o requerimento, mas confesso que não entendi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Sr. Jeter disse que, numa entrevista publicada no jornal, teria sido o Sr. Zakira a combinar versões. Na sequência, ele desmente o jornal e diz que foi o Sr. Merivaldo. Só que ele disse isso numa entrevista. Não sei se a entrevista foi gravada ou não, mas se foi, ou seja, aquilo que está lá é público, não é informação confidencial do jornal, porque é uma entrevista. Então que venha essa gravação para ver qual a mentira, se é do jornalista, que escreveu a matéria, ou se é do Sr. Jeter.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Entendi. Obrigado pelo esclarecimento.

Item 2 - Requerimento nº 154, de 2016, do nobre deputado Alencar Santana, que requer a gravação da entrevista do jornalista Reynaldo Turolo Jr., veiculada pelo jornal “Folha de S.Paulo”, em 27 de janeiro de 2016, sob o título: “Ex-assessor de Copez diz que foi procurado para combinar versão.”

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Item 3 é um requerimento deste presidente. Queria solicitar ao nobre vice-presidente, deputado Adilson Rossi, que, por favor, o colocasse em votação.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Adilson Rossi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Requerimento nº 155, de 2016, de autoria do nobre deputado Marcos Zerbini, presidente desta CPI, que requer a convocação do advogado Roberto Lamari, para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre suas declarações dadas à imprensa, em 14 de setembro de 2016, onde, segundo a mesma, ele afirma que os membros da CPI merecem emprego na Associação Paulista de Críticos de Arte, pois ele e seu cliente teriam participado de um grande teatro.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero lamentar a declaração do advogado, péssimo, horrível, mas nós vamos discutir se ele falou ou não falou aquilo e qual a nossa reação. Não sei se vai acrescentar algo ao nosso trabalho. O que ele fez, foi um grande desrespeito a esta CPI. Um grande desrespeito.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - No mínimo umas desculpas públicas, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou aprovar com a minha ressalva, nesse sentido, porque ele fez uma crítica, é uma opinião dele, lamentável, merece o nosso repúdio. Se ele vier aqui se desculpar, de fato é uma crítica muito pesada ao trabalho da CPI, porque ele não concordou com algo que envolvia seu cliente. E, aliás, foi o advogado que apresentou aquele relatório, que segundo o deputado Olim, é caríssimo e ele pagou só cinco mil reais. Mas enfim, é isso.

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Devolvo a Presidência ao nobre deputado Marcos Zerbini.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado, deputado Adilson Rossi.

Item 4 - Requerimento nº 156, de 2016, do nobre deputado Alencar Santana Braga, que requer a reconvocação do Sr. Cassio Chebabi, ex-presidente da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar - Coaf, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de superfaturamento nos contratos de fornecimento de merenda escolar, execução forjada e pagamento de propina.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 5 - Para ciência, respostas encaminhadas a esta Comissão antes dos dias 10/09 e 16/09, em conformidade com a solicitação contida nos Requerimentos n°s 95 e 96, pelos seguintes municípios, afirmando a não existência de contrato com a Coaf e com a Coagrosol: Casa Branca, Cubatão, Guaiçara, Guarantã, Itapevi, Ituverava, Jarinu, Pindamonhangaba, Pompéia e Santa Rita d'Oeste. Afirmando a existência de contratos: Santa Isabel com a Coagrosol.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

* * *